



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

SOPHIA DE SOUZA GONÇALVES

**DESAFIOS DA PARADIPLOMACIA ESTADUAL: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO DA PARAÍBA NA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROCASE**

**JOÃO PESSOA
2023**

SOPHIA DE SOUZA GONÇALVES

**DESAFIOS DA PARADIPLOMACIA ESTADUAL: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO DA PARAÍBA NA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROCASE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Departamento de Relações Internacionais do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA) da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais

Área de concentração: Paradiplomacia e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Jenifer Queila Santana

**JOÃO PESSOA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G635d Gonçalves, Sophia de Souza.

Desafios da paradiplomacia estadual [manuscrito] : um estudo de caso sobre a atuação do Governo da Paraíba na implementação do Procase / Sophia de Souza Gonçalves. - 2023.

40 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Jenifer Queila Santana ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Paradiplomacia . 2. Governo do Estado da Paraíba. 3. Projeto Procase. 4. SEAFDS. I. Título

21. ed. CDD 327.2

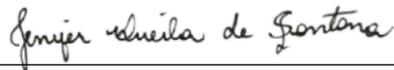
SOPHIA DE SOUZA GONÇALVES

**DESAFIOS DA PARADIPLOMACIA ESTADUAL: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO DA PARAÍBA NA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROCASE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Departamento de Relações Internacionais do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA) da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais

Aprovada em: 28 / 06 / 2023.

BANCA EXAMINADORA



Jenifer Queila de Santana (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 LILIANA RAMALHO FROIO
Data: 06/07/2023 20:01:10-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Liliana Ramalho Fróio
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB)

A minha mãe, Dione Márcia, pela
dedicação e companheirismo,
DEDICO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Desafios da atividade paradiplomática	18
Quadro 2 - Desafios encontrados	28

FIGURAS

Figura 1 - Área de atuação do PROCASE	19
--	----

FLUXOGRAMA

Fluxograma 1 - Processo de contratação do empréstimo.....	22
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COFIEEX	Comissão de Financiamentos Externos
DOU	Diário Oficial da União
EPI	Equipamento de Proteção Individual (EPI)
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
EMPAER	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
FAPESQ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OIs	Organismos Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PROCASE	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú
SEAFDS	Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
SEDAP	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca
SEIRMACT	Secretaria de Estado da Infraestrutura, Meio Ambiente, Recursos Hídricos, da Ciência e Tecnologia
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
SMRIs	Secretarias Municipais de Relações Internacionais
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
2. PARADIPLOMACIA	11
2.1 Paradiplomacia no Nordeste	13
2.2 Estado da Paraíba.....	14
2.3 Desafios enfrentados por municípios e estados subnacionais na atividade paradiplomática	15
3. UNIDADE DE ANÁLISE: PROCASE	18
3.1 Processo de assinatura do acordo internacional entre Governo do Estado da Paraíba e FIDA	20
3.2 Estrutura organizacional do Projeto	23
3.3 Resultados do Projeto	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: DESAFIOS ENFRENTADOS PELO GOVERNO DA PARAÍBA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCASE	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31
AGRADECIMENTOS	36
APÊNDICE A – Entrevista	38

DESAFIOS DA PARADIPLOMACIA ESTADUAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO DA PARAÍBA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCASE

Sophia de Souza Gonçalves

RESUMO

O fenômeno da paradiplomacia contribui para que os governos subnacionais consigam alcançar e desenvolver uma atividade internacional para sua região. Logo, a participação internacional de unidades locais, pode contribuir para a redução das desigualdades regionais em benefício do país como um todo. Os governos subnacionais são solicitados a planejar suas atividades internacionais, desenvolver estratégias paradiplomáticas na busca de formas efetivas de lograr mudanças no cenário. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é entender e explicar os desafios institucionais que o Governo do Estado da Paraíba enfrentou na implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE) em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Por fim, este trabalho foi desenvolvido através de um estudo de caso, visto que analisa o relatório de conclusão do PROCASE. Os métodos para coleta de dados foram através de análise documental e entrevistas semiestruturadas com membros da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS).

Palavras-Chave: Paradiplomacia, Governo do Estado da Paraíba, PROCASE, SEAFDS

ABSTRACT

The phenomenon of paradiplomacy contributes to subnational governments being able to reach and develop an international activity for their region. Therefore, the international participation of local units can contribute to the reduction of regional inequalities for the benefit of the country as a whole. Subnational governments are asked to plan their international activities, develop paradiplomatic strategies in the search for effective ways to achieve changes in the scenario. In this way, the general objective of this work is to understand and explain the institutional challenges that the Government of the State of Paraíba faced in the implementation of the Sustainable Development Project of Cariri, Seridó and Curimataú (PROCASE) in partnership with the International Fund for Agricultural Development (IFAD). Finally, this work was developed through a case study, since it analyzes the PROCASE conclusion report. The methods for data collection were through document analysis and semi-structured interviews with members of the State Secretariat for Family Agriculture and Semi-Arid Development (SEAFDS).

Keywords: Paradiplomacy, Government of the State of Paraíba, PROCASE, SEAFDS.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No campo das relações multicamadas e multidisciplinar das relações internacionais destaca-se a atuação da Paradiplomacia, como uma área que passou a desenvolver uma relevância ao longo dos anos. Os governos dos estados e prefeituras municipais utilizam de suas autonomias para angariar novos acordos para o estado ou cidade, passando a ter um suporte de financiamento internacional para implementação de melhorias para a população.

A Paradiplomacia pode ser definida como “Partes constituintes dos estados nacionais atuando na esfera internacional ou interagindo com temas de dimensão internacional” (BUENO, 2010, p. 345). Mesmo que se caracterizem como atores estatais, estes não nome do estado nacional e podem ser representantes constitutivos do estado nacional (estados, municípios, províncias, regiões, cantões, prefeituras, departamentos, Länder, Oblasts, condados, distritos).

Os efeitos deste fenômeno dentro das relações internacionais, podem ser vistos dentro da abrangência da sua atividade, por meio das vertentes econômicas, políticas e culturais entre os níveis federais, estaduais ou municipais (FRÓIO, 2015). A partir da atividade internacional, os governos subnacionais ganham visibilidade a nível global e utilizam-se da paradiplomacia para solucionar questões locais.

Ademais, no sistema federativo brasileiro, de acordo com o Artº 22 presente na Constituição Federal de 1988, lista os poderes exclusivos do Governo Federal (direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho). Logo, não faz menção as relações exteriores como assunto exclusivo pertinente ao Governo Federal, dessa maneira abre a assim a possibilidade de cidades e regiões brasileiras se engajarem em atividades internacionais, embora possa enfrentar algumas questões de tramitação jurídicas, este fato não limita a atuação paradiplomática (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Dessa maneira, Tullo Vigevani e Debora Prado (2010) argumentam que as ações da paradiplomacia brasileira partem de iniciativas governamentais e que existem problemas e questões intrínsecas neste meio. Sendo assim, esse artigo se utiliza da pergunta problema: quais são os desafios enfrentados pelas instituições estaduais do Governo da Paraíba para implementar projetos internacionais ? Por meio de um estudo de caso com o objetivo geral de entender e explicar os desafios institucionais que o Governo do Estado da Paraíba enfrentou na implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE) em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Este trabalho foi desenvolvido através da metodologia de estudo de caso, e os métodos para coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas e análise documental e bibliográfica. O estudo de caso trata-se de um estudo intensivo de uma única unidade de análise com o intuito de compreender uma classe maior de unidades (similares). A análise desta unidade conota um espaço limitado fenômeno observado em um único ponto tempo ou durante algum período de tempo delimitado (embora os limites temporais de uma unidade nem sempre são explícitos, são pelo menos implícitos). Ademais, o estudo de caso se utiliza de um tipo específico de evidência (etnográfica, observação participante, rastreamento de processo, pesquisa histórica, textual ou de campo), a pesquisa investiga as propriedades de uma única observação ou que a pesquisa investiga as propriedades de um único fenômeno (GERRING, 2004).

Nessa pesquisa utiliza-se do PROCASE, enquanto unidade de análise, para o caso que é o Estado da Paraíba – por meio de suas Secretaria Estadual -, haja vista que a classe de casos para o qual o trabalho pretende lançar luz é a atuação de instituições estaduais na implementação de projetos internacionais. O método de coleta de dados se deu por análise documental (Ajuda de Memória, Contrato de Financiamento, Contrato de Garantia, Relatório de Supervisão, Relatório Final) disponibilizada pela Secretaria e por entrevistas semiestruturadas realizadas com funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS), órgão executor do PROCASE. Foram realizados 3 blocos de entrevistas presenciais na sede da Secretaria. Além disso, foram entrevistadas as colaboradoras Maria Aparecida Oliveira, que ocupa o cargo de Gerente de Desenvolvimento Humano e Capital Social no PROCASE e Carleusa Andrade da Silva, que ocupa o cargo de consultora especialista em monitoramentos e avaliação do PROCASE.

O objetivo da entrevista foi buscar entender como foi desenvolvido o trabalho da SEAFDS e quais foram os desafios encontrados, a fim de verificar se a secretaria tinha *expertise* para lidar com acordos internacionais e organismos internacionais durante as primeiras etapas de desenvolvimento e implementação do projeto. As perguntas que direcionaram o roteiro da entrevista, tiveram como base a revisão de literatura dos temas de paradiplomacia e desafio enfrentados pelas Secretarias Municipais E Estaduais de Relações Internacionais (SMERIs) no Brasil exposto à seção 3.3 deste trabalho.

A pesquisa está estruturada em três tópicos, em um primeiro momento apresenta uma revisão de literatura acerca do tema de Paradiplomacia, no intuito de apontar os principais conceitos sobre o tema, além de analisar os desafios enfrentados pelos governos subnacionais com relação a este tipo de atividade internacional. Posteriormente foi analisado o cenário da paradiplomacia no Nordeste e na Paraíba. Adiante, respectivamente na terceira da pesquisa

encontra-se o todo o contexto de implementação e desenvolvimento do PROCASE e sobre a atuação do FIDA com o Projeto. Por fim, encontra-se a interpretação dos dados coletados nos resultados e discussões, e a conclusão desta pesquisa.

2. PARADIPLOMACIA

A paradiplomacia é um mecanismo relevante para o desenvolvimento regional dos países, haja vista que o representante local tem uma visão mais próxima da realidade local do que o governo federal. Tal atuação pode acontecer através de inúmeras maneiras, possibilitando a criação de estratégias de interação com Organismos Internacionais (OIs) ou governos de outros países. Além, da possibilidade de inclusão de diversos assuntos da sociedade como política, economia, saúde, meio ambiente, esporte, cultura e intercâmbios. Algumas formas de estabelecer relações são através de captação de investimentos para promoção do comércio local ou turismo, transferência e difusão de políticas públicas, cooperação internacional em cultura (PINTO, 2021).

A atuação de estados federativos, províncias, cantões, regiões, prefeituras, departamentos, Länder, Oblasts, municípios, condados, distritos (BUENO, 2010, p. 345) nas relações internacionais, é conceituada como paradiplomacia, ou seja, a inserção internacional de atores subnacionais. O termo combina a palavra grega "para" (παρα) e "diplomacia" para implicar ações ao longo, ao lado, à parte, e mesmo apesar e contra a diplomacia nacional. A paradiplomacia, dessa forma, pode ser caracterizada como um veículo multifuncional em que os atores subnacionais podem atuar frente ao desenvolvimento econômico, promover cooperação (cultural, tecnológica, técnica, educacional e etc), como também questões de afirmação identitária (LECOURS, 2008).

O campo acadêmico sobre a paradiplomacia é resultado dos recentes debates sobre o tema que se mantém em constante andamento entre os estudiosos (SCHIAVON, 2019). Nesse debate se encontram muitas definições e conceitos para o termo, que podem ser definidos como diplomacia multicamadas, diplomacia descentralizada, diplomacia paralela (HOCKING, 1999; RODRIGUES, 2004; 2008 ; SOLDATOS, 1990). Apesar do termo paradiplomacia ter sido utilizado na área do Direito Internacional na década de 1970 (ZERAOUI, 2013) o termo só chegou a ser definido na literatura na década de 1980, através do trabalho de Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos (1984).

Duchacek (1984, p.6) atualizou o termo micro-diplomacia para paradiplomacia, que é definido como “atividade internacional de governos subnacionais fora de barreiras nacionais”. O autor descreveu as diferentes formas de engajamento da paradiplomacia como: contatos entre

não-centrais situados além das fronteiras em diferentes estados (paradiplomacia regional transfronteiriça), contato entre não-centrais situados em estados vizinhos, sem fronteira comum (paradiplomacia transregional), contato entre não-centrais que pertence a estados sem fronteira comum (paradiplomacia global) e ação motivada por interesse separatistas/secessionistas (protodiplomacia) (DUCHACEK, 1984).

Soldatos (1990, p.35) define paradiplomacia como a “atividade de política externa de uma unidade federada” (regiões, unidades federadas, cidades e comunidades urbanas). O autor aponta que existem dois tipos de segmentação para o termo: segmentação territorial ou vertical, que diz respeito a diferentes esferas de governo, na qual vários níveis de governo (federal, federado ou mesmo municipal) atuam diretamente na área de relações externas e formulação de política externa; e a segmentação funcional ou horizontal, em que dentro de um mesmo nível de governo (federal ou federado), diferentes departamentos e agências governamentais são diretamente envolvidos em assuntos internacionais (SOLDATOS, 1990).

Além de enfatizar as diferentes segmentações, Soldatos (1990) descreve de forma objetiva as características da paradiplomacia. As categorias da paradiplomacia estão divididas em: paradiplomacia global em que unidades federadas levam em consideração todo o Sistema Internacional; e a paradiplomacia regional¹, na qual apenas as questões regionais são levadas em consideração para a atividade subnacional. Quanto à natureza pode ser cooperativa (suporte), de modo que ações na política externa são possíveis quando atores subnacionais são coordenados pelo governo federal ou pelo desenvolvimento de missões em conjuntos; ou de natureza paralela (substituição), que pode ser desenvolvida em harmonia, o governo federal aceita as ações independentes nas relações internacionais, com ou sem monitoramento, como também essas ações podem desencadear conflitos com o governo federal (SOLDATOS, 1990).

De acordo com Brian Hocking (1993), a definição de paradiplomacia foi criada para reforçar a distinção entre o governo central e os governos subnacionais, dessa forma implica o aumento de conflitos entre os dois níveis de governo. Na visão de Hocking, a diplomacia não pode ser vista como um processo segmentado entre atores dentro da mesma estrutura estatal. Assim, ao invés de usar o termo paradiplomacia, seria preferível referir-se a ela como “diplomacia catalítica” ou “diplomacia multinível” (HOCKING, 1993).

No entanto, Stéphane Paquin (2004) discorda dessa abordagem, visto que, esse conceito é interessante e utilizado em apenas alguns casos particulares, contudo permanece limitado.

¹ Soldatos destaca dois tipos de paradiplomacia regional: macrorregional atores lidam com questões sobre as comunidades que não são contígua (fronteiras próximas) e microrregional questões que dizem respeito às comunidades que têm uma contiguidade geográfica (SOLDATOS, 1990).

Pois tende a subestimar a autonomia das regiões, governos não centrais ou estados federados na realização de relações internacionais próprias. O autor afirma que atualmente o fenômeno da paradiplomacia é largo, intensivo, extensivo e permanente, além disso, os atores da paradiplomacia tem um certo grau de autonomia, inúmeros recursos e crescente influência na política internacional (PAQUIN, 2004).

Alguns anos após a discussão inicial, outros autores continuaram desenvolvendo estudos sobre o tema de paradiplomacia, entre eles destaca-se André Lecours (2008) em que define paradiplomacia como governos regionais que desenvolvem relações internacionais, e podem ser multifuncionais. Cada governo regional pode usar da paradiplomacia para lograr desenvolvimento político, econômico, cultural, como também podem englobar outras preocupações como as questões identitárias (LECOURS, 2008).

A paradiplomacia conduzida por cada governo sub-estatal pode ter diferentes focos, que são definidos como camadas da paradiplomacia. A primeira camada são de questões econômicas, em que os governos sub-estatais miram em desenvolver uma presença internacional com o objetivo de atrair investidores, visando atrair a conquista de companhias internacionais para a região, e expandir o mercado de exportação. Já na segunda camada tem o foco na cooperação (cultural, tecnológica, técnica, educacional e etc) é uma forma de “cooperação descentralizada”, em que se apresenta a partir de assistência ao desenvolvimento, intercâmbios culturais e educacionais, bem como a cooperação científica e técnica. Por fim, a terceira camada, são considerações políticas na qual, os governos sub-estatais buscam desenvolver um conjunto de relações internacionais que afirmam a distinção cultural, autonomia política e o caráter nacional da comunidade que representam (LECOURS, 2008).

2.1 Paradiplomacia no Nordeste

Esta região tem buscado ativamente desenvolver-se através da promoção de integração regional entre os próprios estados, ampliação e modernização da infraestrutura de exploração dos recursos naturais, e do fortalecimento da participação de micro e pequenas empresas na economia regional, a fim de garantir o bem-estar social da população (CONSÓRCIO NORDESTE, 2020).

A atividade paradiplomática dos atores subnacionais aumenta o número de possibilidades que essa região possui de atingir seus objetivos. A exemplo tem-se a criação do Consórcio Nordeste no ano de 2019, com o objetivo de ser uma ferramenta jurídica, política e econômica para a integração dos nove estados do Nordeste brasileiro, para atração de

investimento e projetos integrados. (CONSÓRCIO NORDESTE, 2020). Ademais tem-se o Projeto G52: Rede de Cidades-Polo do Nordeste (2022), que visa contribuir com o desenvolvimento regional de 52 municípios das regiões Nordeste e Sudeste por meio da capacitação, o programa estimula o networking, a gestão compartilhada e o fortalecimento de competências técnicas e gerenciais (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

Outro projeto de caráter paradiplomático presente na região Nordeste é a Rede Mercocidades. Sete cidades da região: Fortaleza (CE), Recife e Jaboatão dos Guararapes (PE), Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista (BA) e Mossoró (RN) também são integrantes da Rede. Criada em 1995, a rede engloba o total de 10 países da América do Sul e 375 cidades-membro, com o intuito de integrar e estimular a cooperação entre essas cidades. (MERCOCIDADES, 2020). Por fim, coloca-se em destaque a atuação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)², órgão vinculado às Nações Unidas (ONU) no desenvolvimento rural na região semiárida do Nordeste, com o intuito de combater a pobreza rural. O FIDA já investiu em 5 projetos em diferentes estados nordestinos e em diferentes períodos, sendo eles: Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba (PROCASE) na Paraíba, Viva o Semiárido no Piauí, Projeto Dom Távora no Sergipe, Projeto Paulo Freire no Ceará e o Projeto Pró-Semiárido na Bahia. Destaca-se em particular o projeto no Estado da Paraíba que será analisado detalhadamente nas próximas seções deste artigo (FIDA, s/d).

2.2 Estado da Paraíba

O Estado da Paraíba tem uma população estimada de 4.059.905 pessoas e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está em 0,658. O estado possui 223 municípios, dos quais 213 têm menos de 50 mil habitantes, além disso existem 189 cidades com população inferior a 20 mil habitantes. Apenas João Pessoa, a capital, tem uma população de mais de 500 mil habitantes. Ou seja, se caracteriza por ser um estado povoado por pequenas cidades (IBGE, s/d).

Ademais, o estado se localiza na 22ª posição com relação ao mercado de produtos industriais exportados no Brasil, no ano de 2021 a indústria exportou o equivalente a US \$115 milhões. O setor industrial (construção, serviços industriais de utilidade pública, couros e

² O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) foi criado em 1977. Trabalha para combater os altos níveis de pobreza em países que se encontram em algum nível de situação de fragilidades. Ademais, atua para promoção do aumento de investimentos tanto públicos quanto privados na agricultura e no desenvolvimento rural. O FIDA oferece empréstimos a baixos níveis de juros e doações (FIDA, 2018).

calçados, alimentos, minerais não metálicos) é o majoritário com relação às exportações realizadas, representando 78,3% das exportações. O setor que se destaca é o de couro e calçados, representando um total de 41,74% entre os produtos exportados e os produtos manufaturados são responsáveis por 69,2% do total das exportações (PORTAL DA INDÚSTRIA, s/d).

A atividade internacional do Estado da Paraíba é relativamente recente, ainda não há uma forte preparação interna no governo, o que limita bastante as possibilidades da atividade paradiplomática, ademais não existe um órgão ou setor específico para trabalhar com os assuntos internacionais. Além dos inconvenientes estruturais, não existe uma forte relação com o Governo Federal representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE). Contudo, mesmo com as dificuldades enfrentadas, o Governo do Estado da Paraíba busca se inserir na atividade internacional, representando o seu interesse pelo desenvolvimento do estado. Destacam-se a assinatura de acordos para intercâmbio cultural, promoção do turismo através de feiras e exposições, e atração de investimento financeiro por meio de organismos internacionais e cooperação técnica (FROIO ; MEDEIROS, 2020).

2.3 Desafios enfrentados por municípios e estados subnacionais na atividade paradiplomática

Alguns dos municípios e estados subnacionais envolvidos na paradiplomacia engajaram-se nos últimos anos na criação das Secretarias Municipais e Estaduais de Relações Internacionais (SMERIs) que consistem em um avanço para a atividade paradiplomática. O cenário de redemocratização no Brasil, pós-década de 1980 e a condição de estados federados postos na Constituição Federal brasileira de 1988, fez com que a atividade dessas Secretarias ganhassem destaque (VIGEVANI, 2006).

As SMERIs têm a finalidade de garantir a projeção da articulação internacional daquele município ou estado que a subsidia, além de ser capaz de desenvolver uma estratégia de atividade internacional para a Administração Pública Municipal e Estadual. Isso acontece através da assessoria ao Prefeito ou Governador e aos órgãos da Administração Pública Municipal, em assuntos correlatos a acordos bilaterais e multilaterais, captação de investimentos, apoio na assinatura de acordos de cooperação internacional, memorandos e manutenção de projetos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022).

A atividade da SMERIs pode girar em torno da atuação de seis dimensões: Cooperação Internacional; Marketing Internacional; Captação de Recursos; Promoção de cultura de Paz e Solidariedade; Atração de Investimentos e Promoção Comercial e Representação Política.

Dentre essas dimensões, as ações que podem ser desenvolvidas são, dentre outras: promover negócios entre as empresas nacionais locais e as internacionais; formular, implementar e coordenar projetos e/ou iniciativas de cooperação internacional que visem a capacitação dos servidores públicos (Capacity building) (PERPÉTUO, 2014, p. 106).

Além de situar o município ou estado como destino atraente para receber investimentos estrangeiros; contribuir para a implementação de projetos e/ou iniciativas de cooperação internacional; articular e organizar encontros empresariais em parceria com as áreas de promoção econômica de consulados e embaixadas; apoiar e participar de missões comerciais organizadas pelas câmaras de comércio do município; e fomentar e coordenar as relações e parcerias internacionais estratégicas com cidades estrangeiras, organizações internacionais e organismos de fomento internacional (PERPÉTUO, 2014, p. 106). Vale ressaltar que, quando não possuindo SMERIs, outras Secretarias estaduais e municipais terminam assumindo as funções que seriam delegadas a aquelas, como é o caso do que acontece no Estado da Paraíba.

De acordo com a pesquisa do Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) no ano de 2009, aproximadamente 60 milhões de pessoas já tinham acesso aos benefícios da atividade internacional paradiplomática em suas regiões. Para a porção estrutural do Brasil isso representava o alcance de apenas 2,62% dos municípios brasileiros, mas incluía um pouco mais de 30% da população brasileira, demonstrando que a atividade paradiplomática possui uma presença relevante para o Brasil (CNM, 2009)

Dessa forma, os atores subnacionais cada vez mais conseguem perceber a importância de sua inserção na atividade internacional, por meio do reconhecimento das inúmeras possibilidades e dos benefícios que essa abertura traz para o município. Contudo, muitos desafios são encontrados neste percurso, já que caracteriza-se como uma atividade relativamente recente e que não compreende a função principal das instituições inseridas no contexto municipal e estadual.

De acordo, com a CNM em 2009, dentre o total de 5600 municípios brasileiros, apenas 30 municípios possuíam algum tipo de instituição com foco internacional (Agência, Gabinete do Prefeito, Sec. de Desenv. Econômico, Sec. de Planejamento, Sec. de Relações Internacionais e Outras Secretarias). Além disso, existe uma discrepância por região também, em que nenhum tipo de área encontrava-se na região Centro-Oeste, um total de quatro para as regiões Norte e Nordeste e a predominância se encontrava no Estado de São Paulo, totalizando mais de 50% da presença de algum tipo de setor internacional (CNM, 2009).

Ademais, na intenção de buscar quais os estados que possuem uma área de relações internacionais no ano de 2023, em uma pesquisa elaborada pela autora, foi buscado pelas palavras-chave: assessoria de assuntos internacionais, secretaria de relações internacionais ou área internacional, nos sites oficiais dos governos dos 27 estados brasileiros. Dessa maneira, constatou-se que entre o total de 27 estados brasileiros, 20 estados não possuíam nenhum tipo de área internacional e apenas 7 estados possuíam uma secretaria de relações internacionais presente no corpo institucional do estado (Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal).³

Nesse sentido, muitos desafios são encontrados neste meio, dentre eles a dificuldade de conjugar os interesses do Estado Nacional com o potencial interesse dos governos subnacionais, e assim, evitar situações que possam pôr em questionamento legal a atividade dos mesmos, uma vez que não existe na Constituição Federal brasileira um artigo que permita de maneira objetiva a atividade internacional destes municípios.

Outro desafio apontado pela literatura é o fenômeno *Stop and Go*, que compreende o fato de que as atividades internacionais dos atores subnacionais são marcadas apenas por interesses locais e por objetivos específicos. Desse modo, comumente não existe uma ampla agenda com estratégias definidas e destinadas aos temas das relações internacionais, mas apenas ao atendimento das necessidades do momento. Além disso, constata-se um baixo nível de institucionalidade na atividade paradiplomática, destacando o fato de que as secretarias deveriam buscar adquirir maior *know-how* e expertise, especialmente em relação às negociações com atores internacionais. Por fim, existe um custo de necessidade de mão de obra qualificada e um custo alto de manutenção de uma área internacional, que muitos estados não conseguem incluir no seu orçamento como prioridade (VIGEVANI, 2006; LAISNER, SIMINI, 2017; PRADO, VIGENANI, 2010; WANTUIR, 2019; CNM, 2009). A tabela abaixo resume esses desafios apontados pela literatura:

³ Site Oficial do Governo dos Estados; Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Distrito Federal (s/d).

Quadro 1 - Desafios da atividade paradiplomática⁴

Autor	Desafios apontados
Tullo Vigevani (2006)	Combinar os interesses do Estado Nacional com o potencial interesse dos governos subnacionais, e evitar situações que possam pôr em questionamento legal a atividade dos últimos.
Regina Claudia Laisner Danilo Garnica Simini (2017)	Obstáculos jurídicos enfrentados pelos municípios na atividade internacional.
Tullo Vigevani Débora Prado (2010)	Fenômeno <i>Stop and Go</i> .
Claudio Wantuir (2019)	Baixo nível de institucionalidade na atividade paradiplomática.
Confederação Nacional de Municípios – CNM (2009)	Custo de manutenção de uma área internacional (muitos municípios e estados não têm orçamento) e necessidade de mão de obra qualificada.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

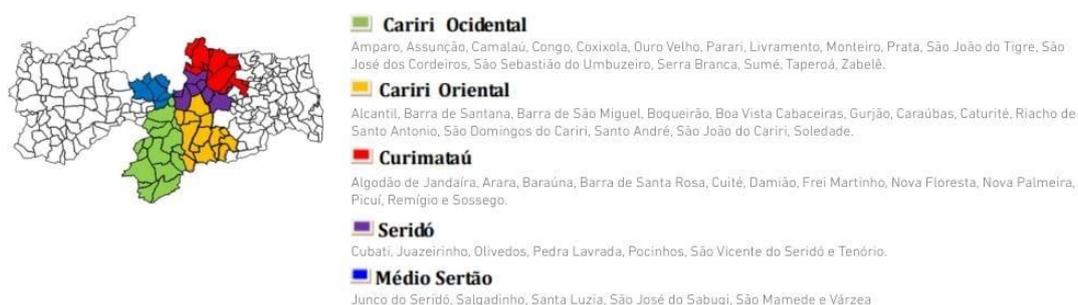
3. UNIDADE DE ANÁLISE: PROCASE

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE) foi implementado em 56 municípios da região semiárida no Estado da Paraíba, no qual, teve seu início no ano de 2012 e encerrou-se no ano de 2020. O Projeto foi financiado pelo Fundo

⁴ Esses desafios não remetem somente a questão das SMERIs, mas a todas instituições envolvidas na atividade paradiplomática.

Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), na forma de financiamento de crédito externo. Teve um valor total de USD 50 milhões, dos quais USD 25 milhões de recursos foram por parte do FIDA, USD 12 milhões de recursos de contrapartida do Governo do Estado da Paraíba e o restante foi através de outras fontes de financiamento público e contrapartida dos beneficiários (PROCASE, 2021).

Figura 1 - Área de atuação do PROCASE



Fonte: Procasse, 2021.

Ademais, o objetivo do Projeto é reduzir o nível de extrema pobreza, desenvolver a economia da população rural que está localizada no semiárido paraibano e desenvolver oportunidades de emprego, renda agrícola, ativos produtivos, capacidades organizacionais e práticas ambientais. Os objetivos específicos são: a) desenvolver capital humano e social; b) melhorar a produção de pequenos agricultores e apoiar sua competitividade de mercado; c) combater a desertificação e promover a gestão sustentável do bioma caatinga; e d) fortalecer o quadro institucional e o sistema de extensão na área do Projeto (PROCASE, 2021).

Com relação ao período de realização do Projeto coincidiu em ser desenvolvido ao encontro de duas grandes crises a nível regional e mundial, mas que afetou os agricultores familiares da região árida da Paraíba. A “longa seca” que afetou principalmente o Nordeste brasileiro, no período de 2012 até 2019, marcada como a mais expressiva no último século e posteriormente a Pandemia do COVID-19 entre os anos de 2020 e 2021, e que consequentemente teve um forte impacto no mundo inteiro. O desenho inicial do Projeto não contava com duas grandes crises. Faz-se necessário enfatizar que existia uma abertura para obter uma Solicitação de Não Objeção ao FIDA⁵. Ao longo do Projeto houveram algumas

⁵ Caso tenha que adicionar algo ao projeto que não esteja incluído no desenho inicial, é feito uma Não Objeção que é encaminhado para o FIDA analisar socialmente e financeiramente o item que está sendo requerido.

Solicitações de Não Objeção ao FIDA e o órgão atendeu com rapidez, a exemplo disto durante a pandemia conseguiram garantir a compra de equipamentos de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os grupos envolvidos no projeto⁶.

O Procace atuou em 05 (cinco) regiões do semiárido paraibano: Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Curimataú, Seridó e Médio Sertão, áreas com baixo nível de desenvolvimento econômico e social e em macrorregiões com maior probabilidade de ocorrência de seca acima de 90%. E conseguiu beneficiar mais de 24 mil famílias e teve um impacto muito positivo e de sucesso para a região de acordo com os objetivos propostos:

“O Projeto beneficiou mais de 24 mil famílias de agricultores familiares, o que corresponde ao atendimento de 132% do número de famílias no desenho original. Também superou de forma significativa as metas de atendimento a públicos prioritários, como mulheres (160% do desenho), jovens (202% do desenho) e comunidades quilombolas de Afro-Descendentes (160% do desenho)” (PROCASE, 2021).

3.1 Processo de assinatura do acordo internacional entre Governo do Estado da Paraíba e FIDA

O Projeto teve sua negociação iniciada entre o FIDA e o Governo do Estado da Paraíba durante o processo de atualização do Programa Nacional de Oportunidades Estratégicas (COSOP)⁷ para o Brasil, em 2008. No mesmo ano foi aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos cuja Secretaria Executiva é a Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAIN-COFIEX) uma Carta Consulta⁸, na qual autorizava a elaboração do Projeto. Após uma vasta consulta com os *stakeholders*, em junho de 2010 foi emitido um documento com o Desenho Final do Projeto e em outubro de 2012 o contrato de financiamento foi assinado, dessa maneira o Projeto iniciou sua efetividade no mesmo período (PROCASE, 2021).

Com relação ao Contrato de Financiamento existe um longo processo até a sua conclusão, que demora anos até chegar na assinatura final do contrato. De modo que, existiram Condições Gerais que o FIDA concordou para conceder o financiamento ao PROCASE

⁶ Informações obtidas através de entrevista realizada com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) no dia 24 de Maio de 2023 realizada de forma presencial.

⁷ Um programa nacional de oportunidades estratégicas (COSOP) é uma estrutura para fazer escolhas estratégicas sobre as operações do FIDA em um país, identificando oportunidades de financiamento do FIDA e facilitando a gestão de resultados (FIDA, s/d).

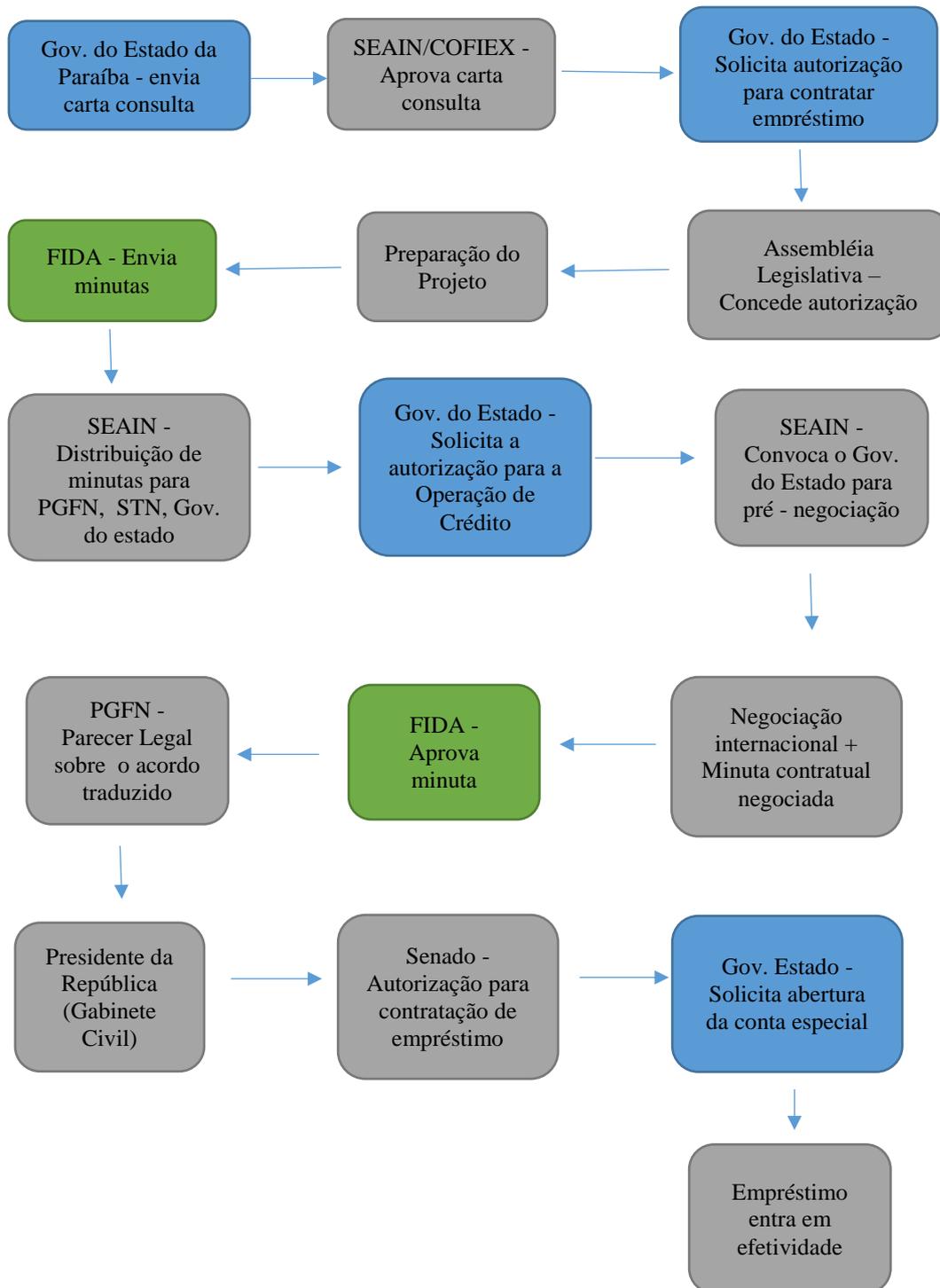
⁸ A finalidade da Comissão é avaliar programas/projetos do setor público, cuja matriz de financiamento possua recursos externos oriundos de Organismos Financeiros Internacionais ou Agências Governamentais Estrangeiras, como, por exemplo, Banco Mundial (GOVERNO DO BRASIL, s/d)

(Tomador/Beneficiário). O empréstimo de Número: 798 – BR, foi garantido pela República Federativa do Brasil (Fiador) através do Contrato de Garantia, o qual neste, celebrou garantir o pagamento das obrigações do Tomador e concordou em permanecer obrigada até o completo pagamento de tais obrigações. Ademais, o empréstimo só foi autorizado posteriormente a realização de todas as ações administrativas e governamentais necessárias. Por fim, qualquer alteração realizada no Contrato de Financiamento deveria ser feita exclusivamente por mútuo acordo entre o Fundo e o Tomador, posterior a obtenção da aprovação do Fiador para alteração (CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, 2012).

O processo de contratação do empréstimo teve seu início com a realização da Carta Consulta realizada pelo Governo do Estado da Paraíba, posteriormente foi enviada para a SEAIN, quando aprovada, o Governo do Estado enviou mensagem solicitando autorização para contratar o empréstimo para a Assembléia Legislativa da Paraíba (Projeto de Lei nº 785/2012). Posteriormente se iniciou a preparação do Desenho do Projeto, este desenho foi enviado para o FIDA, que em conjunto com a SEAIN realizaram uma Missão de Avaliação. Dessa forma, a SEAIN fez a distribuição de minutas para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Governo do Estado da Paraíba. Com base nas instruções da Portarias do MEFP N 497/90, o Governo do Estado da Paraíba encaminhou a STN/COPEM o pedido de autorização para contratação da Operação de Crédito, quando foi sinalizado positivamente a SEAIN convocou o Governo do Estado para pré-negociação (CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, 2012).

Posteriormente ocorreu de fato a negociação internacional, o FIDA aprovou a Minuta Contratual, todo esse processo teve que passar pelo Ministério da Fazenda pela Presidência da República (Gabinete Civil) para obter um Parecer Legal e Jurídico sobre o acordo traduzido. Por fim, no Senado (Comissão de Ass. Econômicos) houve autorização para contratação de empréstimo, sendo assim o Governo do Estado conseguiu solicitar a abertura da conta especial para o empréstimo entrar em efetividade (CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, 2012)

Fluxograma 1 - Processo de contratação do empréstimo⁹



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

⁹ Informações sobre as datas de cada etapa do processo não foram fornecidas.

Dessa maneira, por se tratar de um projeto de cooperação financeira, é determinante que envolva a concessão de recursos financeiros, que ocorre através de empréstimos ou contribuições financeiras. Esse modelo de cooperação amplia e dinamiza a escala dos projetos internacionais em diversos pontos estratégicos. A COFIEX é o órgão encarregado da avaliação e supervisão dessa tramitação cooperação financeira, compete a este órgão de encaminhar a análise e recomendação ao Senado Federal, para seguir com a aprovação do projeto desenvolvidos pelos entes públicos (união, estados, municípios, empresas públicas ou fundações) com o intuito de garantir um crédito externo (MRE, 2022).

3.2 Estrutura organizacional do Projeto

A agência executora do PROCASE foi a Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP) e as agências implementadoras foram as Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura Familiar e do Semiárido (SEAFDS)¹⁰ da Paraíba, e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Além dessas Secretarias, o Projeto se destacou na ótima condução da ação coordenada entre outras diversas Secretarias do Estado da Paraíba, tais como a Secretaria de Desenvolvimento Humano (SDH), Secretaria de Infraestrutura dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA), e a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES) (PROCASE, 2021).

O Projeto trabalhou com ações correlatas realizadas por meio de parcerias com outros órgãos do Governo do Estado, o que permitiu maior alcance dos objetivos dispostos para o Projeto. Tais como, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) a qual encarregou-se da gestão orçamentária, Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) que prestou Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Secretarias de Estado de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA), responsável pela coordenação da gestão ambiental e o programa emergencial que disponibilizava acesso aos recursos hídricos. Além destes, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) foi responsável pela inserção de capacitação da mulher no Projeto (PROCASE, 2021).

Acerca da estrutura institucional do Projeto, a instância consultiva e de decisão era composta por um Comitê Diretor do Projeto (CDP) que inclui representantes de vários órgãos do Governo do Estado (representantes de órgãos estaduais e federais) e representação da

¹⁰ A partir de 2015 o Governo da Paraíba incluiu neste arranjo, como agência co-executora, a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS).

sociedade civil. E o Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos (CEGIP) que era presidido pelas agências executoras e composta por membros representantes de outros órgãos técnicos (PROCASE, 2021).

Com relação a parte de implementação operacional, a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) foi “braço executivo” do Projeto, sua atuação se estendia por todo o ciclo do PROCASE, era fio condutor da articulação entre o Projeto com o FIDA e o Governo Federal, também ficava responsável pela diálogo com os demais participantes envolvidos e também estava presente em ações de planejamento orçamentário, estratégico, monitoramento e avaliação. Dentre a área territorial de atuação do Projeto foram criadas 5 (cinco) Unidades Regionais de Gestão do Projeto (URGPs), permitindo um maior andamento e aproximação com as ações do Projeto (PROCASE, 2021).

3.3 Resultados do Projeto

O desenvolvimento do Projeto incluiu desde eventos de capacitação até o desenvolvimento de atividades de produção. Essas ações incluíram a caprinocultura, a ovinocultura, a fruticultura, a agroindústria, o artesanato e o beneficiamento de minério em pequena escala. Os empreendimentos mistos e cooperativos e outras novas atividades rurais se estabelecem a partir da dinâmica local para fortalecer a economia rural. Teve-se uma atenção maior para iniciativas a qual conseguiam envolver grupos de jovens, mulheres, e comunidades quilombos, que eram públicos prioritários do Projeto (PROCASE, 2021).

Neste contexto, 11.858 correspondem ao total de famílias, em que as mulheres se encontravam como beneficiárias titulares (ultrapassando a meta do Desenho final do Projeto de 7.400 mulheres). Em um total de 1.616 famílias os jovens representavam a figura de beneficiários. Devido ao período de longa seca enfrentada (2012-2019), o Projeto implementou ações emergenciais que possibilitou maior acesso a água (dessalinizadores, poços com cata-vento, barragens e energia solar), tal ação possibilitou a instalação de 663 campos irrigados, 222 barragens e 61 dessalinizadores. Esse conjunto de ações trouxe resultados para além do aumento da renda e dos ativos produtivos, mas principalmente na questão da melhoria da nutrição e segurança familiar (75% das famílias que viviam em uma baixa segurança alimentar conseguiram migrar, para uma segurança alimentar média ou mais alta ao final do Projeto). Possibilitou uma maior segurança alimentar e hídrica para mais de 17.000 famílias (PROCASE, 2021).

Ademais, o reconhecimento de comunidades quilombolas é um marco muito importante para o Projeto. No começo do Projeto tinham 4 comunidades reconhecidas, o Projeto conseguiu

colaborar para a organização e reconhecimento de mais 7 comunidades quilombolas e mais 2 foram reconhecidas após a finalização do Projeto. Até o ano de 2023 totalizam-se uma quantidade de 14 comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas no Estado da Paraíba. Esse reconhecimento é de suma importância para estas comunidades, pois após o reconhecimento é possível direcionar várias políticas públicas para essas comunidades quilombolas¹¹.

Além disso, destaca-se a parceria da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) com a Secretaria do Estado de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento (SEAFDS), para o desenvolvimento do programa “Juventude tecendo a convivência com o semiárido” em que possibilitou criar oportunidades de renda e trabalho, e compartilhar o conhecimento e boas práticas sobre sustentabilidade no desenvolvimento rural. Foram concedidas o total de 220 bolsas para os jovens em 5 (cinco) zonas de atuação do PROCASE (PROCASE, 2021).

Dessa forma, o PROCASE trouxe resultados de extrema relevância para o Estado da Paraíba e principalmente na região árida, o Projeto se alinha às políticas públicas nacionais, e estaduais para o combate e redução da extrema pobreza e na promoção para o desenvolvimento rural. Além das áreas já citadas, o Projeto conseguiu incluir uma gama outras áreas sociais para serem beneficiadas, como o Promoção do Artesanato Paraibano, para valorização do artesanato e cultura local, ações de recuperação da zona da Caatinga, além da recuperação do meio ambiente, conservação de ecossistemas, maior igualdade gênero, segurança hídrica e alimentar e acesso a mercados. Os resultados alcançados são satisfatórios, e é possível analisar através na opinião dos beneficiários sobre o desenvolvimento do Projeto, em que 80% declaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a execução do Projeto (PROCASE, 2021).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: DESAFIOS ENFRENTADOS PELO GOVERNO DA PARAÍBA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCASE

Através das entrevistas realizadas com membros da SEAFDS foi possível perceber uma correspondência entre os desafios da atividade paradiplomática apontados pela literatura e os enfrentados pelo Governo da Paraíba na implementação do PROCASE. A paradiplomacia no Brasil ainda é um fenômeno muito recente e, quando se trata da região Nordeste do país, ao

¹¹ Informações obtidas através de entrevista realizada com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) no dia 24 de Maio de 2023 realizada de forma presencial.

passo que se encontram grandes possibilidades de desenvolvimento regional e local, encontram-se também muitos desafios a serem superados.

O principal foco das entrevistas foi de entender como a Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP) e a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) do Governo do Estado da Paraíba conseguiram desenvolver um projeto com um Organismo Internacional. Tendo em vista que, pela função principal dessas Secretarias as mesmas não são obrigadas a ter a *expertise* e *know-how* para lidar com acordos/projetos internacionais. As principais funções desenvolvidas pela SEDAP e SEAFDS são, respectivamente:

“Planejar, articular e promover as políticas de desenvolvimento rural no Estado, através da pesquisa, assistência técnica, extensão rural, defesa sanitária animal e vegetal, regularização fundiária, reforma agrária, organização das comunidades rurais, proteção alimentar, coordenação das cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.” (SEDAP, s/d).

“Assim a SEAFDS busca a construção de políticas públicas com os atores locais, junto às bases sociais, de modo a qualificar as demandas, para formulação e implementação de programas de Governo, com intuito de promover o Desenvolvimento Rural Sustentável, aliando crescimento do PIB da Agricultura Familiar, melhoria no IDH do meio rural e Cidadania no Campo, colaborando com modos de Vida Felizes no Semiárido, através da ação protagonista da Agricultura Familiar Paraibana e suas Organizações.” (SEAFDS, 2021).

Através da revisão de literatura, foi possível notar que existem muitos desafios implementação que são enfrentados no ambiente paradiplomático, destaca-se o custo de manutenção que o Estado precisa ter com uma área internacional, a necessidade de mão de obra qualificada e os obstáculos jurídicos enfrentados pelos municípios na atividade internacional.

Dessa maneira, através dos dados coletados nas entrevistas, atestou-se que na implementação do PROCASE, tendo a SEAFDS como órgão executor, notou-se à princípio que não havia mão de obra qualificada capaz de lidar com um organismo internacional no início do Projeto, vale salientar que o PROCASE foi o primeiro acordo de empréstimo do Estado da Paraíba com o FIDA.

Durante a formação da equipe do Projeto, um momento que enfrentou grandes dificuldades e que demorou muito tempo, apenas no ano de 2014 que conseguiu dar início com a estruturação da equipe técnica, em meados de fevereiro, por meio da contratação de consultores¹², fez-se necessário o auxílio do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura) para elaborar um projeto de cooperação técnica. Visto que, o único aparato que

¹² O Projeto foi lançado em dezembro de 2012.

o Governo do Estado ofereceu foi através da SEDAP, porém essa secretaria não tinha *expertise* com acordos internacionais, em razão de não ser a área de atividade desenvolvida nesta Secretaria.

De acordo com os dados coletados nas entrevistas realizadas a colaboradora Carleusa Andrada, houve a relação de Ajudas de Memória por parte do FIDA (Missão de Apoio ao Projeto) ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto. Em janeiro de 2013, foi realizada uma ajuda de memória com o objetivo de sanar as dúvidas quanto à execução dos recursos, sobretudo com relação à contratação de pessoal, ajustes de planos, aspectos financeiros e efetivo início de operação das ações do Procace.

A UGP estava estabelecida desde o início da implementação do Projeto, contudo, um ano após iniciado a implementação, ainda não possuía equipe e equipamentos necessários para execução completa do Projeto. No final do ano de 2013, a UGP era formada por 5 pessoas: a coordenadora geral e os gerentes de desenvolvimento humano e social, de monitoramento e avaliação, administrativo/financeiro e de gestão ambiental. A UGP não tinha um gerente de desenvolvimento produtivo e o gerente de desenvolvimento humano e social estava acumulando esta gerência. Dessa maneira, esta situação geral gerou sobrecarga de trabalho nas poucas pessoas que trabalhavam na UGP, e limitou a implementação do Projeto no ritmo adequado (AJUDA DE MEMÓRIA, 2013).

Foi discutida e acordada a viabilização da contratação de pessoal da UGP por meio das seguintes possibilidades: a) Contratação de Consultoria Individual temporária para prestação de serviços realizado pela SEDAP/PROCASE, (de acordo com às normas de licitação do FIDA, no amparo legal através do artigo 42 da Lei 8.666, parágrafo 50), que trata das condições especiais para acordos com organismos internacionais; b) Terceirização através da contratação de uma pessoa jurídica, licitada segunda às normas do FIDA (AJUDA DE MEMÓRIA, 2013).

Dessa forma, durante o processo de contratação se fez necessário a contratação de profissionais capacitados para lidar com organismos internacionais. Pois, de fato esta é uma demanda que se fez e faz presente neste aspecto, porém essa contratação se deu por forma terceirizada, visto que o Governo do Estado não possuía profissionais capacitados dentro do seu corpo institucional.

De acordo com Maria Aparecida, a experiência da SEAFDS com o FIDA foi marcada por uma forte relação de diálogo. A equipe do FIDA sempre fez o máximo para desenvolver seu papel e dar o auxílio necessário. Dessa forma, conseguiu contribuir através de missões de lição e capacitação, já que a equipe não tinha uma *expertise* em processos licitatórios com organismos internacionais, e pelo fato PROCASE ter sido o primeiro acordo de empréstimo do

Estado da Paraíba com o FIDA. Além desse trabalho, o FIDA conduziu uma cooperação técnica Sul-Sul por meio dos projetos da região da América Latina (PROCASUL), em que promoveu-se um intercâmbio de experiências com países como Argentina, Colômbia e México.

Ademais, a representação do FIDA no Brasil tem um escritório em Brasília (DF) e em Salvador (BA), o que torna o contato mais fácil, pois muitos encaminhamentos e contatos são feitos diretamente com a representação em Salvador. Portanto, a questão do idioma não foi um empecilho tão forte, pois geralmente os técnicos tinham boas noções de português. Porém, em algumas missões com representantes da sede do FIDA em Roma, que não falavam português, o obstáculo da língua se fazia presente como um desafio a ser superado no momento.

Além disso, a relação da SEAFDS era direta com o FIDA. Com relação ao suporte/contato com o MRE, se deu apenas pelo processo de assinatura final do contrato que passa pelo MRE. O MRE não se envolveu em nenhuma outra parte do processo.

Por fim, notou-se que a demanda de internacionalização do Estado da Paraíba continua a depender do Governador eleito no período vigente, se caracterizando como uma Política de Governo. Tanto Carleusa Andrade, como Maria Aparecida concordaram sobre a necessidade de tornar esta demanda uma Política de Estado, ao qual independente do Governador vigente, as estratégias serão mantidas em prol do avanço da sociedade através dos benefícios da atividade internacional.

Quadro 2 - Desafios encontrados

Desafios apontados pela literatura	Desafios encontrados na implementação do PROCASE
Combinar os interesses do Estado Nacional com o potencial interesse dos governos subnacionais.	Ainda se vê um distanciamento do MRE. No caso do PROCASE, o contato com o Ministério se deu apenas para ratificar a assinatura do Acordo. Não existiu nenhum outro tipo de contato ou auxílio no processo.
Obstáculos jurídicos enfrentados pelos municípios na atividade internacional.	Devido ao ordenamento jurídico brasileiro, os Estados e Municípios enfrentam um longo processo até chegar na assinatura e ratificação de um acordo internacional (todo esse processo teve início no ano de 2008 e fim em 2012).

Baixo nível de institucionalidade na atividade paradiplomática.	Os próprios gestores públicos que trabalham com a atividade paradiplomática, conhecem muito pouco sobre paradiplomacia, e conseqüentemente não possuem <i>expertise e know-how</i> para lidar com atividades internacionais (identificados pela dificuldade de formação da equipe, e pela equipe não ter uma conhecimento em processos licitatórios com organismos internacionais).
Custo de manutenção de uma área internacional (muitos estados não têm orçamento) e necessidade de mão de obra qualificada.	O Estado da Paraíba ainda não conseguiu investir em uma Assessoria Internacional/Secretaria Municipal e Estadual de Relações Internacionais. Isso demandaria custos de manutenção e mão de obra qualificada dentro do Estado, a qual ainda é escassa. Este cenário se dá mesmo que o Estado possua cursos relativos a negócios e relações internacionais em 2 (duas) Instituições Públicas de Ensino Superior.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paradiplomacia é um importante fenômeno para explicar a atuação internacional dos governos subnacionais, no qual permite aos governos locais a possibilidade de desenvolvimento econômico e social. Dentro dessa realidade existem potencialidades e desafios a serem enfrentados principalmente dentro do cenário paradiplomático da região Nordeste e no Estado da Paraíba.

Desta maneira, o Estado da Paraíba, tem potencial promissor para crescimento. Já existe uma iniciativa por parte do Governo do Estado de atividade paradiplomática pela atração de investimentos internacionais e cooperação internacional. A realização e sucesso do PROCASE é um forte exemplo deste potencial que o Estado possui, que inclusive resultou no desenvolvimento do PROCASE II, adicionando mais um financiador além do FIDA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Além disso, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo PROCASE, no início do Projeto, com trocas de governo, falta de mão de obra específica, crises enfrentadas, a existência do Projeto, já demonstra o quanto se faz importante iniciativas através de um Financiamento Internacional. O Projeto conseguiu elevar as potencialidades existentes na agricultura familiar,

solucionou o problema da população local e ainda foi exemplo de execução para outros programas. Os fortes resultados e as mudanças que o Projeto resultou na região semiárida da Paraíba demonstram que essas iniciativas devem continuar a ser buscadas pelo Governo do Estado da Paraíba. A existência destas iniciativas a nível local, conseguem preencher um vácuo que o Governo Federal não conseguiria operar sozinho.

Dessa forma, dentre os desafios encontrados destaca-se, um distanciamento do MRE, com os governos subnacionais, no caso Governo do Estado da Paraíba e do PROCASE, o contato com o Ministério se deu apenas para ratificar a assinatura do Acordo. Devido ao modelo do ordenamento jurídico brasileiro, os Estados e Municípios enfrentam um longo processo até chegar na assinatura e ratificação de um acordo internacional (todo o processo teve início no ano de 2008 e fim em 2012). Encontra-se um baixo nível de institucionalidade na atividade paradiplomática, os próprios gestores públicos que trabalham com a atividade paradiplomática, conhecem muito pouco sobre paradiplomacia, e conseqüentemente não possuem *expertise* e *know-how* para lidar com a atividades internacionais. Ademais, o Estado da Paraíba ainda não conseguiu investir em uma Assessoria Internacional/Secretaria Municipal e Estadual de Relações Internacionais, pois demanda custos de manutenção e a mão de obra qualificada ainda é escassa dentro do Estado.

Outrossim, a cada passo em direção ao avanço do Governo do Estado, faz-se necessário a presença de estratégias fortes e definidas com objetividade, dessa forma é fundamental que o Governo do Estado da Paraíba amplie seu olhar sobre o seu potencial como um forte ator que provém o desenvolvimento internacional do Estado, de modo que amplie os benefícios da atividade internacional para o alcance de toda a população do Estado. Sendo assim, a criação de um Secretaria Municipal de Relações Internacionais ou de uma Assessoria Internacional seria de grande apoio para alcançar um maior desenvolvimento das capacidades do Estado.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Rômulo. **Contrato de Financiamento**. Recife, 2012

ALENCAR, Rômulo. **Condições Gerais para o Financiamento de Desenvolvimento Agrícola**. Recife, 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. DECRETO Nº 57.932. De 2 de Abril de 2012. **Institui o Plano de Relações Internacionais 2011 - 2014 do Governo do Estado de São Paulo**. Casa Civil. 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-57932-02.04.2012.html#:~:text=Neste%20contexto%2C%20o%20Plano%20de,e%20contribuir%20para%20a%20cooperac%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 5 de Abril de 2023.

BUENO, Ironildes. **Paradiplomacia contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA**. 2010. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **As áreas internacionais dos municípios brasileiros**. Observatório da Cooperação Descentralizada – Etapa 1. Brasília: CNM, 2011

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Atuação Internacional Municipal Estratégias para Gestores Municipais Projetarem Mundialmente Sua Cidade**. Brasília: CNM, 2008.

DUCHACEK, Ivo. **The international dimension of subnational self-government**. Publius, Oxford University Press, v. 14, n. 4, 1984.

FIDA. **O FIDA em Resumo**. Disponível em: https://www.ifad.org/documents/38714170/39211820/glance_p_web.pdf/f8989b89-f9ab-4ee6-bf46-ca65bb9fffb. Acesso em: 30 de Maio de 2023.

FIDA. **Country strategic opportunities programme**. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/cosop>. Acesso em: 30 de Maio de 2023.

FRÓIO, Liliana Ramalho. **Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação subnacional dos Estados brasileiros**. 2015. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FROIO, Liliana.; MEDEIROS, Priscilla . **“Internacionalização de cidades pequenas. O caso dos municípios paraibanos”**, Revista Relações Exteriores, 2020. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/internacionalizacao-de-cidades-pequenas/>. Acesso em: 18 de Maio de 2023.

GERRING, John. **What Is a Case Study and What Is It Good for?** American Political Science Review. Vol. 98, No. 2. Boston University, 2004.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Governo do Distrito Federal.** <https://www.df.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Governo do Acre.** Disponível em: <https://www.ac.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Governo de Alagoas.** Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Governo do Amapá.** Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Governo do Amazonas.** Disponível em: <https://www.amazonas.am.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Governo da Bahia.** Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO BRASIL. Carta Consulta. Disponível em: <http://www.sigs.planejamento.gov.br/sigs/>. Acesso em 28: de Março de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Governo do Ceará.** Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Governo do Espírito Santo.** Disponível em: <https://www.es.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Governo de Goiás.** Disponível em: <https://www.goias.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Governo do Maranhão.** Disponível em: <https://www.ma.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO. **Governo do Mato Grosso.** Disponível em: <https://portal.mt.gov.br/app/catalog>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. **Governo do Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Governo de Minas Gerais.** Disponível em: <https://www.mg.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Governo do Pará.** Disponível em: <https://www.pa.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **A Secretaria.** Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-da-agropecuaria-e-pesca/institucional/a-secretaria> Acesso em: 15 de Maio de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Governo da Paraíba**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Planejamento Operativo da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido – Seafds (2021-2022)**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-egestao/institucional/diretorias2/PlanejamentoOperativodaSecretariadeEstadodaAgriculturaFamiliareDesenvolvimentodoSemiridoSEAFDS20212022.pdf>. Acesso em: 01 de Junho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Governo do Paraná**. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Governo de Pernambuco**. Disponível em: <https://www.pe.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Governo do Piauí**. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Governo do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Governo do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <http://www.rn.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Governo do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Governo de Rondônia**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/portal/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. **Governo de Roraima**. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Governo de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Governo de São Paulo**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Governo de Sergipe**. Disponível em: <https://www.se.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS. **Governo de Tocantins**. Disponível em: <https://www.to.gov.br/>. Acesso em: 05 de Julho de 2023.

GOVERNO DE SÃO PAULO. **São Paulo Office of Foreign Affairs. International Relations Plan 2011 – 2014**. Vol. 57.932. São Paulo, 2012.

IBGE. **Paraíba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 17 de Abril de 2023.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **A criação das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIs) como nova realidade da inserção internacional dos entes subnacionais brasileiros.** Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI/IPEA) 21, setembro (2015): 71-84. 2015

LAISNER, O. **“Empoderamento” dos governos locais e a constituição das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRI): um mapeamento no Brasil.** Franca: Unesp, SP (No prelo).

LECOURS, André. **Political issues of paradiplomacy: lessons from the developed world. Netherlands: Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’, 2008.**

LEITE, Sergio. **O Consórcio.** Consorcio Nordeste. 2020. Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/o-consorcio/>. Acesso em: 24 de Abril de 2023.

MERCOCIDADES. **Mercocidades.** Disponível em: <https://mercociudades.org/pt-br/mercociudades/>. Acesso em: 27 de Abril de 2023.

MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations. The role of subnational units.** Reino Unido: Oxford University Press, 1990.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Cooperação Financeira, 2022.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/agenda-financeira-e-tributaria-internacional/cooperacao-financeira>. Acesso em: 27 de Maio de 2023.

PAQUIN, Stéphane. **Paradiplomacy. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy.** 2020. Disponível em: https://www.stephanepaquin.com/wp-content/uploads/2020/02/Paquin2020_Chapter_Paradiplomacy.pdf. Acesso em: 29 de Março de 2023.

PERPÉTUO, Rodrigo. 2010. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_PerpetuoRO_1.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

PINTO, Pedro. **O que é Paradiplomacia?.** ESRI. 2021. Disponível em: <https://relacoesinternacionais.com.br/o-que-e-paradiplomacia/> Acesso em: 28 de Março de 2023.

PORTAL DAS INDUSTRIAS. **Paraíba.** Disponível em: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pb>. Acesso em 17 de: Abril de 2023.

PLANALTO. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=A%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20administrativa%20da,aut%C3%B4nomos%20nos%20termos%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 3: de Abril de 2023.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Competências e Atribuições**. Prefeitura de São Paulo. 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/acesso_a_informacao/index.php?p=321588. Acesso em: 18 de Maio de 2023.

PROCASE. **Relatório de encerramento do Projeto**. 2021.

PROCASE. **Ajuda Memória**. João Pessoa. 2013.

PRADO, Débora; VIGEVANI, Tullo. **Ações e problemas para a paradiplomacia no Brasil**. In: SALA, José Blanes; GASPAROTO, Ana Lúcia (Org.). *Relações Internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes*. Marília: Unesp, 2010, p. 25-54.

RODRIGUES, Alex. **Cidades polo do Nordeste discutem desenvolvimento regional**. Agência Brasil. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-03/representantes-de-cidades-do-nordeste-discutem-desenvolvimento-regiona>. Acesso em: 23 de Abril de 2023.

RODRIGUES, Antônio. **Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros**. 2004. 255f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Antônio. **Relações Internacionais federativas no Brasil**. In. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 51, nº. 4, 2008.

SEMEAR INTERNACIONAL. **O Programa**. Disponível em: <http://portalsemiar.org.br/sobre-o-programa/o-programa/> Acesso em: 13 de Maio de 2023.

SOLDATOS, Panayotis. **An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors**. New York: Oxford University Press, 1990.

SCHIAVON, Jorge. **Comparative Paradiplomacy**. Routledge, 2018.

TAVARAES, Rodrigo. **Paradiplomacy: Cities and States as Global Players**, 211, New York: Oxford University Press, 2016.

TRINDADE, Antônio. **Princípios do Direito Internacional Contemporâneo**. FUNAG, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/principios-do-direito-internacional-2017.pdf>. Acesso em: 27 de Maio de 2023.

VIGEVANI, Tullo. **Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, São Paulo. 2006.

ZERAOU, Zidane. **Teoría y práctica de la paradiplomacia**, vol. 1. Monterrey, México: Manotiel & Soriano Editores, 2013.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter encontrado fé e esperanças nele, e por ter colocado o sonho na minha vida que consegui realizar. Principalmente na reta final de escrita deste trabalho, entendi que não preciso ter medo, pois tenho a presença do Senhor na minha vida, guiando e protegendo todos os meus passos.

Desta forma, antes de qualquer agradecimento, não poderia ser diferente, um grande obrigada a Dona Dione Márcia, minha querida mãe que esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida, sonhando e planejando junto comigo os maiores sonhos da minha vida. Obrigada mãe por sempre ter valorizar a nossa educação e colocá-la em primeiro lugar, obrigada por todas as vezes que fez o esforço de viajar sozinha para João Pessoa, obrigada por todas as palavras de apoio, por todas as nossas conversas, obrigada por ser inspiração de uma mulher forte, corajosa e independente, por me apoiar, obrigada por ser meu lar mãe, te amo imensamente.

Agradeço em especial a minha querida avó Dona César, a nossa relação é extraordinária, na casa dela foi onde cresci e tive os melhores exemplos de amor e educação na minha vida. Me lembro de tantas vezes que viajamos só nós duas entre Campina Grande e São José do Egito. Minha mãe e minha avó são as duas mulheres maravilhosas que tenho como exemplo para minha vida, quem me dera conseguir ser metade do que essas mulheres são. Obrigada minha querida avó por sonhar comigo do pequeno ao grande sonho, por me ouvir com tanta atenção, por me receber sempre com um abraço caloroso em sua casa, obrigada por estar presente em todos anos e momentos da minha vida, eu te amo para sempre Dona Cesar.

A minha querida família, e principalmente a Lara Lacet (*in memorian*), nossa grande guerreira que nos deixou tantos ensinamentos, mas o principal deles que temos que amar essa vida e ter a vontade de viver dia após dia com toda força que temos, cada dia de vida é um privilégio. Ter o apoio da minha família é um privilégio também, as minhas tias Cristiane e Eliane, obrigada por serem grandes exemplos para mim, quanta sorte tive em ter o exemplo de grandes mulheres na minha vida. Agradeço ao meu pai também, por todo o apoio e preocupação comigo em todos os anos da minha vida, e por ser exemplo de figura parte na minha vida, e agradeço a toda sua família por me receberem sempre de braços abertos, em especial ao meu avô Seu Geovane, minha avó Dona Do Carmo e Tia Neguinha que sempre me recebem com tanto amor e carinho. E não poderia deixar de agradecer ao meu irmão Breno, tudo que passamos juntos morando sozinhos em João Pessoa, mudou completamente nossa relação, admiro a pessoa que você está se tornando meu irmão, você vai longe! Minha família sempre

vibra comigo cada conquista minha, nossos almoços de domingo e cafés da tarde são sempre regados a boas lembranças. Tenho muita sorte por Deus ter escolhido essa família pra mim.

Essa parte dedico a todos os meus amigos, a família que escolhi a dedo pra compartilhar minha vida, primeiro agradeço as minhas amigas de infância do nosso grupo SHWP, obrigada por desde criança dividir a vida comigo, mesmo sempre longe, nossa amizade mantém a mesma grandeza e importância de quando éramos crianças, admiro as mulheres que nos tornamos, vocês são importantes demais na minha vida.

A todos os meus amigos de João Pessoa, sem vocês este caminho teria sido muito mais difícil em especial, agradeço a Iara e Stephanie por compartilharem esses 4,5 anos de curso e por segurarem minha mão em todas as horas de desespero que não foram poucas! Agradeço a Gabriela e Joyce, do nosso grupo de seis, restamos nós três no final, obrigada por todas as histórias que vivemos, obrigada minha querida amiga Elayne, que também dividimos tantas histórias na graduação, mas principalmente o que vivemos fora dela. Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus amores do G8 (Eloá, Rovanne, Giovanna, Crystal, João Pedro, Rodrigo e Hilquias), nosso encontro nessa vida foi sorte grande e privilégio, obrigada por terem tornado João Pessoa minha casa e por me ensinarem tantas coisas sobre a vida.

Agradeço a Instituição UEPB, tive boas oportunidades de desenvolvimento e de adquirir conhecimento, agradeço ao corpo docente que compartilhou de grandes conhecimentos em meio a tempos difíceis. Em especial agradeço à minha orientadora (Prof. Me. Jenifer Santana), que nesse 1 ano de percurso sempre esteve disponível para discutir cada ideia minha e cada mudança dela também, esse caminho se tornou tranquilo, porque tive o apoio dela. Ela chegou na UEPB há pouco tempo, mas já deixou grandes feitos.

Um especial agradecimento ao pessoal da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) em especial a Dona Cida e Dona Carleusa, que me recebiam todas as tardes com um sorriso largo, obrigada por contribuir para essa pesquisa, por compartilhar de tanto conhecimento, sorte do Estado da Paraíba de terem gestoras públicas como vocês, espero que um dia possamos trabalhar juntas neste meio.

Por fim, agradeço a minha psicóloga pelos anos de terapia que me ajudaram imensamente e mudaram minha vida. E agradeço a mim mesma por não ter desistido do curso e desse sonho, o caminho das Relações Internacionais de fato, parece muito chique, como muitos dizem, mas só quem passa por ele consegue vez que esse caminho é longo e que está só começando, espero que Deus me dê sabedoria, força e coragem para continuar trilhando!

APÊNDICE A – Entrevista

Data: 24 de Maio de 2023, 30 de Maio de 2023 e 06 de Junho de 2023

Local: Sede da SEAFDS

A entrevista foi realizada em conjunto com as colaboradoras Maria Aparecida Oliveira Miranda Henriques e Carleusa Andrade da Silva.

1. Apresentação da pessoa:

a. Nome:

b. Nível escolar:

c. Cargo Atual:

R1: Nome: Maria Aparecida Oliveira Miranda Henriques.

Nível escolar: Graduação em História e Gestão Pública.

Cargo Atual: Gerente de desenvolvimento humano e capital social no PROCASE

R2: Nome: Carleusa Andrade da Silva .

Nível escolar: Graduação em Ciências Contábeis, Especialização em desenvolvimento rural sustentável e especialização em avaliação de programas de Organismos Internacionais em desenvolvimento rural sustentável.

Cargo Atual: Consultora especialista em monitoramentos e avaliação do PROCASE.

2. Qual a sua função desempenhada no cargo e o tempo que está no cargo ?

R1: Desenvolvimento das capacidades, intercâmbios, grupos prioritários do PROCASE (mulheres, jovens e comunidades quilombolas) por meio de encontros, visitas e intercâmbios (entre os projetos FIDA no Nordeste). Desde 2014 - 9 anos .

R2: Acompanhar todo o projeto, monitora e avalia os resultados do projeto. Desde 2017 - 6 anos.

3. Qual é o objetivo de desenvolvimento do PROCASE ?

R1: O objetivo geral é a redução da pobreza rural, tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar. Os objetivos específicos são:

1) Formação das pessoas envolvidas através de capacitações, fortalecer as comunidades prioritárias (mulheres, jovens e comunidades quilombolas) (40% das beneficiárias tinha que ser mulher);

- 2) Ações produtivas (97 convênios com associações e cooperativas);
- 3) Ação de acesso à água e fortalecimento da produção (instalação de 663 campos irrigados, 222 barragens, 61 dessalinizadores);
- 4) Fortalecimento institucional das associações e cooperativas, ações integradas com outras parcerias como a Secretaria da mulher, secretaria da juventude, Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Campus de Universidades e Institutos Federais (IFs).

obs 1: O projeto teve um redirecionamento devido a grande seca.

R2: Em adição, também ocorreu a parceria com a FAPESQ, no qual 220 jovens que receberam bolsas (a parceria com o órgão do estado foi muito importante para o desenvolvimento do projeto). O desenho inicial do projeto não contava com duas grandes crises de longa seca e a pandemia do COVID-19, inclusive tivemos abertura para obter uma Solicitação de Não Objeção do FIDA (caso tenha que adicionar algo ao projeto que não esteja incluído no desenho inicial, é feito uma não objeção encaminhado para o FIDA analisar socialmente e financeiramente e dão a não objeção).

R1: O reconhecimento de comunidades quilombolas (começo do Projeto tinham 4 comunidades reconhecidas), o Projeto colaborou para a organização e reconhecimento de mais 7 comunidades quilombolas e mais 2 foram reconhecidas após a finalização do projeto, atualmente são 14 comunidades quilombolas reconhecidas. Reconhecimento traz várias políticas públicas que passam a ser direcionadas para essas comunidades quilombolas.

Protagonismo de gênero (ações específicas para as mulheres, +40% mulheres como principal beneficiárias nos campos irrigados, +60% mulheres como principal beneficiárias nos dessalinizadores, 49% de atendimento tendo como mulher beneficiária principal da família), esse conjunto de ações trouxe resultados para além do aumento da renda e dos ativos produtivos, mas principalmente na questão da melhoria da nutrição e segurança famílias (75% das famílias que viviam em uma baixa segurança alimentar conseguiram migrar, para uma segurança alimentar média ou mais alta ao final do projeto), 700 hectares de gestão da caatinga.

4. Saberá informar como se deu a escolha das Secretarias que desenvolveram o Projeto?

R1: Projeto que atende agricultores familiares, nasceu dentro da Secretaria de Desenvolvimento agropecuário e pesca (SEDAP), na época não tinha a Secretaria de Agricultura Familiar. No início de 2015 foi criado a Secretaria de Agricultura Familiar e o Governo do Estado fez um decreto passando o PROCASE para esta nova secretaria .

5. Quais eram as principais atividades/ responsabilidades da Secretaria com o Projeto ?

R2: O Projeto está vinculado a SEAFDS, a secretaria tem que executar o projeto através da equipe do Procase. Acompanhar a execução do Projeto, acompanhar as missões do FIDA junto ao Procase, acompanhar os relatórios de progresso semestrais e estar presente nas atividades macro que o projeto executou.

6. Como se deu a relação da Secretaria com o FIDA?

R1: Era uma relação de executor, o empréstimo é com o Governo do Estado da Paraíba por intermédio da secretaria, todo acordo, pactuação e repactuação é feito com a secretaria e com o FIDA.

7. Houve alguma dificuldade nessa relação?

R1: Houveram desafios para prosseguir com o Projeto, no geral era uma relação tranquila, em uma relação de diálogo, apesar do contrato de empréstimo em que ambas as partes têm que fazer seu papel, a equipe do FIDA sempre fez o máximo para desenvolver seu papel. O FIDA traz um conjunto de consultores para colaborar com o Projeto.

O Governo do Estado assinou o contrato de empréstimo no final de 2012, então 2013 foi um momento de organizar a equipe, não se tinha uma equipe do Procase, se tinha uma coordenação da SEDAP, foi um momento de constituir a equipe do Procase, fazer um processo de contrato dos consultores. Que foi marcado um processo demorado, teve que fazer um trabalho com o IICA, elaborar um projeto de cooperação técnica. A estruturação da equipe de fato dificultou muito, o Governo do Estado deu um aparato para o desenvolvimento do Projeto através da SEDAP, porém essa secretaria não tinha *expertise* para com acordos internacionais. A equipe teve que começar do zero. O FIDA conseguiu contribuir, através de missões de lição e capacitação, já que a equipe não tinha uma *expertise* em processos licitatórios com organismos internacionais o Procase foi o primeiro acordo de empréstimo do estado com o FIDA, por isso que tiveram desafios, além de não ter equipe formada, não se tinha uma experiência como se tem agora.

8. Houve alguma capacitação técnica/ institucional por parte do FIDA, vocês tiveram que se adequar a alguma norma?

R2: Tiveram muitas, teve diversos momentos de capacitação, “aprender fazendo”, cada missão foi oficina, o FIDA também oferece cursos para trabalhar com acordo de empréstimo, capacitações internas e o FIDA tinha projetos de apoio e fortalecimento aos outros projetos

(SEMEAR INTERNACIONAL), ações de capacitação, sistematização de experiências. Além desse trabalho o FIDA tem uma cooperação técnica Sul-Sul, são com os projetos da região da América Latina/América do Sul, intercâmbios (PROCASUL), intercâmbio de experiências com países como Argentina, Colômbia e México. O FIDA tem essa preocupação de estar interligando não só o Brasil, mas outros países da América do Sul, e traz uma troca de conhecimento muito grande.

9. Como foi a relação com Ministério das Relações Exteriores (MRE) ?

Relação direta com FIDA, só o processo de assinatura final do contrato que passa pelo MRE, além de que o trâmite do empréstimo passa pelo ministério da fazenda, secretaria nacional do tesouro. A assinatura do acordo é entre o Governo do Estado e FIDA.

10. Você considera importante a criação de SMRI no Estado da Paraíba? Você considera que o auxílio de uma Secretária de Relações Internacionais poderia ter ajudado no processo de implementação do PROCASE?

R1: Precisa-se amadurecer mais essa ideia, não seria ruim, cada vez mais a esfera internacional está aumentando, a criação da secretaria fortaleceria mais todas essas iniciativas.

Atualmente no Estado da Paraíba tem-se uma *expertise/know-how* não de domínio do Estado, mas de pessoas individuais, que têm experiências para fortalecer, se essas pessoas saem desses projetos, levam embora todo o conhecimento, institucionalmente o estado pode se fortalecer criando uma secretaria que esse conhecimento seja pertencente ao Estado e não ao Governo.

R2: Sim, teria ajudado em todo o processo inicial, se tivesse relação com pessoas que tivesse essa *expertise*. Talvez tivesse o processo teria sido mais rápido. Essa ideia é uma boa ideia de uma secretaria permanente, com pessoas do quadro, o conhecimento vai ser acumulado naquela secretaria.